

economia

Governo endurece regras e obriga bets a emitir alertas

Exigências previstas na portaria entram em vigor em 17 de julho

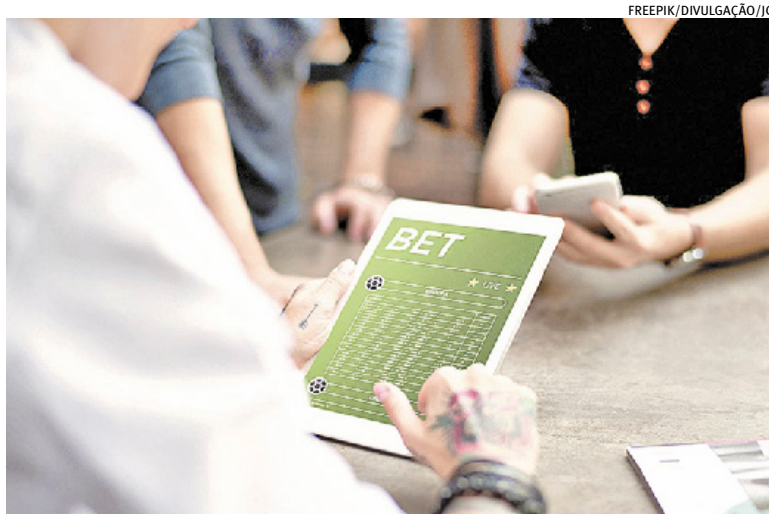
/ APOSTAS

O governo federal publicou na sexta-feira uma nova portaria que endurece as regras para a publicidade das apostas esportivas de quota fixa, as chamadas bets, em mais um movimento para reforçar a regulação do setor e reduzir o alcance das plataformas de apostas entre públicos considerados mais vulneráveis. As novas exigências entram em vigor em 17 de julho.

Entre as medidas, as empresas autorizadas serão obrigadas a exibir mensagens de advertência semelhantes às utilizadas em propagandas de cigarros, bebidas alcoólicas e medicamentos. As campanhas deverão exibir uma das seguintes mensagens: “Ministério da Fazenda adverte: apostar faz você perder dinheiro”, “Ministério da Fazenda adverte: apostar pode causar dependência” ou “Ministério da Fazenda adverte: aposta não é investimento”.

Além dos alertas obrigatórios, a norma proíbe uma série de estratégias de marketing. As empresas não poderão apresentar apostas como forma de investimento, promessa de enriquecimento ou solução financeira, nem utilizar comentaristas, especialistas ou outros recursos que emprestem caráter técnico às apostas para induzir o público. Também ficam vedadas campanhas que criem senso de urgência para estimular apostas ou exibam históricos de ganhos como forma de atrair novos usuários.

Em caso de descumprimento, a empresa operadora da bet pode receber multa de até 20% do seu faturamento, suspensão das atividades por até 180 dias e cassação da autorização de funcionamento em casos de reincidência grave.



FREEPIK/DIVULGAÇÃO/JC

Norma também proíbe algumas ações de marketing pelas plataformas

O governo estudava uma nova regra para evitar anúncios que exaltem apostas urgentes, o lucro que pode ser obtido ou incentivem jogadas de risco, após as transmissões da Copa do Mundo serem invadidas por esse tipo de publicidade. As novas regras foram publicadas logo após o Ministério da Fazenda divulgar que bloqueou o acesso de 2,8 milhões de beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) às plataformas de apostas. A medida atende a uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou ao governo impedir o uso de recursos de programas sociais em apostas de quota fixa.

Embora todos os beneficiários do Bolsa Família e do BPC estejam proibidos de abrir contas em bets, a Fazenda informou que apenas 2,8 milhões já possuíam cadastro ativo e tiveram o acesso cancelado. O número representa 10,4% das pessoas contempladas pelos programas sociais (27 milhões) e 11,2% dos 25 milhões de brasileiros que tentaram apostar ao menos uma vez em 2025. As empresas de

apostas serão obrigadas a realizar verificações quinzenais em suas bases de usuários para identificar beneficiários dos programas.

Para isso, as operadoras podem consultar, por meio do CPF, o Sistema de Gestão de Apostas (Sigap), desenvolvido pelo Serpro. O sistema informa apenas se o cidadão está “impedido” ou “não impedido” de apostar, sem revelar qual benefício social recebe, segundo a Fazenda. “Durante a verificação é indicado objetivamente se é ou não beneficiário de programas sociais, com ‘impedido’ ou ‘não impedido’”, diz a Fazenda em nota.

Outros grupos também são proibidos por lei de apostar, como agentes públicos que atuam na regulação do setor, atletas profissionais, árbitros, dirigentes esportivos, fiscais, técnicos e pessoas diagnosticadas com ludopatia. Porém, ao contrário do que ocorre com beneficiários dos programas sociais, essas restrições ainda dependem de autodeclaração dos próprios usuários, já que não existe um sistema automatizado de bloqueio para essas categorias.

Autoexclusão tem adesão de mais de 925 mil pessoas

Mais de 925 mil pessoas também se cadastraram na plataforma de autoexclusão, mecanismo que impede o acesso a sites de apostas (bets) por um prazo determinado pelo próprio solicitante.

A autoexclusão centralizada permite a qualquer cidadão restringir o próprio acesso a todas as casas de apostas autorizadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas

(SPA), ligada à Fazenda. O veto pode ser por período determinado ou indeterminado - nesta opção, a pessoa pode desistir da restrição após 12 meses.

Entre os cadastrados, pode haver pessoas que nunca jogaram, uma vez que houve recomendações para inscrição no sistema para evitar o uso indevido do CPF por terceiros.

Entidades do setor de apos-

tas apontam uma lacuna no modelo: o jogador pode continuar apostando em sites clandestinos, que atuam sem supervisão da SPA.

As empresas sem licença do governo não aderem a regras de boa conduta na publicidade e atuam sem pagar a outorga de R\$ 30 milhões ao governo ou recolher impostos. Elas também ficam fora do sistema de autoexclusão.

Febraban critica dossiê de Vorcaro contra CEO do Itaú

/ CASO MASTER

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que considera “de extrema gravidade” a descoberta da Polícia Federal (PF) sobre dossiês encomendados pelo dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, contra o CEO do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, e a colunista Malu Gaspar, do jornal O Globo.

Em nota divulgada na sexta-feira, a entidade reforçou seu apoio ao Banco Central na adoção de medidas para preservar o sistema financeiro nacional e afirmou que qualquer conduta que ameace a integridade do sistema deve ser apurada e, quando comprovada, ter seus responsáveis punidos.

“Mais do que atingir indivíduos específicos, essas investidas, voltadas à intimidação de executivos, jornalistas, especialistas e lideranças de instituições, representam uma tentativa de enfraquecer o ambiente de confiança, transparência e segurança no setor financeiro”, diz a manifestação.

Segundo a PF, Vorcaro encomendou ao publicitário Thiago Miranda, alvo de operação policial na semana passada, o dossiê sobre o executivo do Itaú por ele estar “causando muito problema”, segundo troca de mensagens entre eles.

A investigação aponta que, dentre os materiais compartilhados pelos dois interlocutores, “destaca-se um documento contendo informações pessoais e patrimoniais de Milton Maluhy Filho e de Camila Moretti Maluhy”. Diálogos entre o ex-banqueiro e Miranda entre março e abril de 2025 também mostraram que os dois queriam “frear” o trabalho da jornalista Malu Gaspar, realizando uma busca por seus dados privados.

A defesa de Thiago Miranda afirmou, em nota, que o publicitário “refuta de forma categórica” a prática de qualquer ilegalidade e sustenta que sua atuação profissional sempre foi pautada pela legalidade, transparência, respeito às instituições e à liberdade de expressão. Segundo os advogados, ele não praticou qualquer ato criminoso nem participou de condutas destinadas a intimidar, coagir, constranger ou violar direitos de terceiros.

A PF apreendeu celulares e demais equipamentos eletrônicos utilizados pelo publicitário em sua residência. Segundo as autoridades, a ação apura a atuação coordenada em redes sociais voltada, em tese, a comprometer a credibilidade da atuação do Banco Central do Brasil. As investigações apuram, ainda, a atuação de possível organização criminosa dedicada à intimidação de jornalistas, ao monitoramento ilícito de pessoas ligadas a autoridades públicas, à obtenção indevida de informações sigilosas e à adoção de medidas destinadas a interferir em investigações criminais.

Segundo a PF, os fatos investigados podem, em tese, configurar crimes contra o sistema financeiro nacional, organização criminosa, embaraço à investigação de organização criminosa, além de outros delitos correlatos, incluindo possíveis violações de dados e de dispositivos informáticos.

Para a Febraban, esses fatos “geram indignação” por ocorrerem em contexto no qual “autoridades, associações setoriais e agentes do mercado atuaram, com firmeza, para proteger a estabilidade do sistema financeiro, incluindo medidas relacionadas à governança e ao funcionamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)”.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC



Em nota, a entidade reforçou seu apoio ao Banco Central